



## Jontrão: Rei, Sacerdote, Santo

Edmar Checon de Freitas

**Resumo:** O trabalho analisa a caracterização do rei Jontrão (561-592) nos *Libri Historiarum* de Gregório de Tours (c. 538-594), na qual a bondade, piedade e justiça do rei o tornam merecedor da identificação como *sacerdos Domini* e lhe conferem poderes taumatúgicos. São discutidas ainda as implicações dessa imagem para o estabelecimento da noção de realeza sacerdotal na Gália merovíngia.

**Palavras-chave:** Realeza cristã; Gália merovíngia; Gregório de Tours.

**Abstract:** The work analyzes the characterization of king Guntram (561-592) in the Gregory's of Tours (c.538-594) *Libri Historiarum*, in which the goodness, mercy and justice of the king become it deserving of the identification as *sacerdos Domini* and they confer to it thaumaturgic powers. The implications of this image for the establishment of the notion of sacerdotal royalty in the Merovingian Gaul are argued still.

**Keywords:** Christian royalty; Merovingian Gaul; Gregory of Tours.

\*\*\*

Ao escrever o nono dos seus *Decem Libri Historiarum*, Georgius Florentius Gregorius (c. 538-594), bispo de Tours desde 573, registrou uma epidemia pestilenta que castigara Marselha em 588. Segundo seu relato, o combate à doença foi liderado pelo rei franco Jontrão (561-592),<sup>1</sup> que ordenou à população que se reunisse numa igreja e lá se mantivesse em vigília, orando e jejuando (LH IX, 21). À descrição da conduta do piedoso rei, Gregório de Tours acrescenta um comentário surpreendente: para ele tratava-se de um modo de agir digno de um verdadeiro bispo, comparação feita duas vezes no mesmo texto (*bonus sacerdos*,

---

<sup>1</sup> Jontrão era um dos filhos de Clotário I (511-561), tendo em 561 obtido o poder régio junto com outros quatro irmãos: Cariberto (561-567), Sigeberto I (561-575) e Chilperico I (561-584). Em 588, após as mortes dos demais, Jontrão controlava os antigos reinos de Cariberto e Chilperico, nesse último caso em nome do filho deste, Clotário. A Sigeberto sucedeu-lhe o filho, Childeberto II, que disputava com Jontrão os demais territórios sob controle franco (Cf. WOOD, 1994; GEARY, 1988; JAMES, 1988).

*sacerdos Dominni*). O relato prossegue tratando do fervor religioso do rei e se conclui numa observação ainda mais intrigante:

Era voz corrente entre os fiéis que uma mulher, cujo filho padecia de uma febre quartã e jazia dolorosamente preso ao leito, aproximou-se entre a multidão do povo das costas do rei e, tendo arrancado algumas fimbrias das vestes régias, as colocou em água e deu-a a beber ao filho. Imediatamente extinguiu-se a febre e ele recuperou a saúde. Isso não me parece algo duvidoso, pois eu mesmo tenho muitas vezes ouvido possessos que invocam o nome dele durante a possessão confessarem seus próprios crimes, sob a ação de sua virtude miraculosa (LH IX, 21).<sup>2</sup>

A confiar nas palavras de Gregório nos encontramos diante de um rei piedoso, taumaturgo e exorcista. Um rei santo. Não por acaso essa passagem do texto gregoriano chamou a atenção de Marc Bloch, na sua investigação acerca dos registros mais antigos de ações taumatúrgicas dos reis franceses (BLOCH, 1993: 55-56). Com razão Bloch dissocia os poderes curativos atribuídos a Gontrão de quaisquer atributos régios ou familiares, preferindo compreendê-los no contexto da suposta santidade pessoal do monarca. Mas para compreender o alcance da caracterização de Gontrão por Gregório de Tours devemos olhar com mais cuidado a relação entre a passagem acima reproduzida, a estrutura narrativa e os objetivos dos *Libri Historiarum*.

Mais do que uma *História dos Francos*, as histórias de Gregório de Tours revelam sua visão acerca de como era e como devia ser a Gália de seu tempo. Martin Heinzelmann (2001) toma essa narrativa como uma tentativa de registrar a história de uma sociedade, num arranjo textual dotado de um plano espiritual e com forte acento escatológico (HEINZELMANN, 2001: 203-204). Dentro dessa perspectiva, uma boa chave de leitura para os *Libri Historiarum* é, a nosso ver, a idéia da construção e manutenção do ordenamento cristão da Gália.

O primeiro passo é dado no livro I, quando do relato da ação evangelizadora de Martinho de Tours (c. 316-397) apresentado como uma nova luz brilhando nos céus da Gália (LH I, 36).<sup>3</sup> No livro II tal processo torna-se mais claro. O ocidente

---

<sup>2</sup> “Nam celebre tunc a fidelibus ferebatur, quod mulier quaedam, cujus filius quartano typo gravatur et in strato anxius decubabat, accessit inter turbas populi usque ad tergum regis, abruptisque clam regalis indumenti fimbriis in aquam posuit filioque bibendum dedit, statimque restincta ] febre sanatus est. Quod non habetur a me dubium, cum ego ipse saepius larvas energia famulante nomen ejus invocantes audierim, ac criminum priorum gesta, virtute ipsius discernente, fateri”.

<sup>3</sup> “Tunc jam et lumen nostrum exoritur, novisque lampadum radiis Gallia perlustratur: hoc est, eo tempore beatissimus Martinus in Galliis praedicare exorsus est”.

romano e a Gália em especial são retratados como que imersos num profundo caos: guerras, destruição, heresia e perseguição religiosa; somente se opõe a esse quadro a ação de homens santos, em geral bispos, como Eugênio de Cartago, Aravátio de Tongres, Aniano de Orleans, Sidônio Apolinário, Remígio de Reims, Perpétuo de Tours, Avito de Vienne, entre outros.

É nesse contexto que surge a figura do rei franco Clóvis (481-511), por volta de 496, convertido ao cristianismo e batizado no credo católico (LH II, 31), a despeito da grande influência exercida então no Ocidente pelas monarquias arianas dos ostrogodos, na Itália, e dos visigodos, na Espanha. Significativamente o texto gregoriano faz correr paralelamente a trajetória religiosa pessoal de Clóvis e os progressos dos francos na Gália. Assim, após o batismo de Clóvis é narrada a conquista franca dos domínios visigóticos na Gália (LH II, 37) e a unificação dos francos sob a liderança de Clóvis, com o extermínio das linhagens rivais (LH II, 40-42). Enquanto Clóvis passa do paganismo ao cristianismo católico, os francos passam da dispersão à unidade e a Gália vai do caos bárbaro, herege e pagão à ordem cristã católica.

Concentram-se no tratamento dado à imagem de Clóvis por Gregório de Tours vários elementos que fazem dele um verdadeiro defensor da Igreja e da ortodoxia católica: na cerimônia de seu batismo, Clóvis é retratado como um novo Constantino (LH II, 31);<sup>4</sup> retornando vitorioso da guerra com os visigodos, é mostrado em trajes e postura imperiais, recebendo em Tours codicilos consulares enviados de Constantinopla pelo imperador Anastácio (491-518) e sendo daí por diante chamado pelo povo de côsul e Augusto (LH II, 38).

A campanha contra os visigodos (LH II, 37), em especial, é mostrada sob a perspectiva de uma guerra travada em nome da fé. Clóvis decide-se pela guerra para expulsar da Gália os visigodos arianos;<sup>5</sup> sinais e prodígios, atribuídos aos poderes de São Martinho de Tours e Santo Hilário de Poitiers, acompanham toda a campanha, sempre favoráveis aos francos; ecos das batalhas de Davi no antigo Israel bíblico podem ser percebidos ao longo do relato gregoriano da guerra.<sup>6</sup> Finalmente, após retratar todos os sucessos de Clóvis, a imagem davídica retorna com força, mediante sua identificação como alguém que fazia a vontade de Deus e assim contava com o favor divino: “Dia a dia Deus prostrava os inimigos sob

---

<sup>4</sup> “Procedit novus Constantinus ad lavacrum”.

<sup>5</sup> “Valde moleste fero, quod hi Ariani partem teneant Galliarum”.

<sup>6</sup> A narrativa de Gregório projeta na campanha liderada por Clóvis elementos presentes em 2Sm 22 e Sl 18.

suas mãos e aumentava o seu reino, ele que andava de coração reto diante Dele e fazia o que era agradável aos olhos de Deus”.<sup>7</sup>(LH II, 40)

Clóvis, rei cristão, era um novo Constantino e um novo Davi, capaz de defender a fé e impor a ordem cristã no reino, em conformidade com as lideranças eclesiásticas.<sup>8</sup>

Ao longo dos demais livros de sua narrativa, Gregório de Tours acopla novos atributos ao seu modelo de realeza cristã. À virtude guerreira de Clóvis (“*pugnator egregius*” – LH II, 12) vêm juntar-se, sobretudo, a justiça (*justitia*) e bondade (*bonitas*), refletidas no cuidado dos pobres, na administração da justiça propriamente dita e na atenção e reverência para com a Igreja. Clotário I (511-561) é louvado por depositar toda sua esperança em Deus, respeitar o conselho dos bispos e os privilégios fiscais da Igreja (LH III, 28; IV, 2; IV, 9). Teudeberto I (534-548) tem seu nome associado à justiça, caridade, respeito aos bispos e favorecimento material das igrejas (LH III, 25). O modelo de monarca cristão beneficiava-se também do exemplo bizantino, figurando com destaque no relato Gregoriano o imperador Tibério (578-582), exaltado por sua caridade e justiça (LH IV, 39; V, 20; V, 31).

As atitudes contrárias a esse modelo são execradas, apontando-se as conseqüências desastrosas de tal comportamento. Assim, as mortes dos reis Clodomer (511-524 - LH III, 7), Cariberto (561-567 - LH IV, 26), Sigeberto I (561-575 - LH IV, 52) e Chilperico I (561-584 - LH V, 46) são atribuídas à falta de atenção para com as advertências e determinações de autoridades religiosas. No caso de Chilperico pode-se mesmo falar num contramodelo, tendo Gregório fixado nele tudo o que ele esperava não encontrar num monarca cristão, razão pela qual o dito rei era, para o bispo de Tours, comparável a Nero e Herodes (LH VI, 46).<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> “Prosternebat enim quotidie Deus hostes ejus sub manu ipsius, et augebat regnum ejus, eo quod ambularet recto corde coram eo, et faceret quae placita erant in oculis ejus”.

<sup>8</sup> Note-se que não se pode tomar isso como simples construção textual de Gregório, embora seja esse o enfoque dado aqui. Na verdade clérigos contemporâneos de Clóvis, como Remígio de Reims e Avito de Vienne já projetavam sobre ele tal imagem. Também não se pode descartar as próprias ações de Clóvis nesse sentido, como a convocação do Concílio de Orleans (511), a construção de uma igreja dedicada aos Apóstolos Pedro e Paulo, em Paris e a fixação textual de uma primeira versão da *Lex Salica*, atos que, tomados em conjunto, apontam para uma postura imperial do monarca franco (cf. FLETCHER, 1998; ROUCHE, 1996; FREITAS, 2004).

<sup>9</sup> “Chilpericus, Nero nostri temporis et Herodes”. Sobre esse retrato nada lisonjeiro de Chilperico por Gregório veja-se: SILVA, 2005.



Na verdade há uma tensão ao longo de todos os *Libri Historiarum* entre pecado e virtude, felicidade e desgraça. No prólogo do livro II isso fica explícito, declarando Gregório procurar recordar “tanto as desgraças dos povos quanto os milagres (*virtutes*) dos santos” (LH II, *Prologus*).<sup>10</sup> Se homens como Chilperico e outros encarnavam a ameaça à ordem cristã na Gália, havia santos, bispos, ascetas e reis virtuosos que zelavam por ela. Chegamos assim ao ponto em que os vários atributos dos defensores da ordem cristã fundem-se na pessoa de um rei: Gontrão.

A virtude principal associada pelo bispo de Tours a Gontrão é a *bonitas*. Já na primeira referência feita ao rei surge a identificação *rex bonus* (LH IV, 25), curiosamente num contexto nada favorável à boa imagem do mesmo.<sup>11</sup> No livro IV há ainda o registro de uma ocasião em que o rei agiu “de acordo com sua bondade costumeira” (*iuxta consuetudinem bonitas suae* – LH IV, 30).<sup>12</sup> Mas numa série de outros episódios nos quais Gontrão é citado nos livros IV, V e VI do texto gregoriano, suas atitudes oscilam entre o pecado e a virtude. Na lista a seguir estão reunidas as principais referências a Gontrão nos livros acima citados:

- IV, 25: O rei Gontrão toma por concubina sua criada Veneranda, que lhe dá um filho (Gundobaldo); posteriormente o rei casa-se com Marcatrude, filha de Magnacário, a qual após também ter um filho do rei manda envenenar Gundobaldo; o filho de Marcatrude morre em seguida, como castigo para a conduta da mãe (*Quo mortuo, ipsa iudicio Dei filium suum quem habebat perdidit*); Gontrão repudia Marcatrude (que morre logo) e casa-se com Austrechilde.
- IV, 30: Guerra contra Sigeberto e manifestação da bondade de Gontrão.
- IV, 48: Gontrão convoca os bispos de seu reino para tratarem do conflito que o opunha ao irmão, Sigeberto; mas por ação do pecado (*peccatis facientibus*) a guerra civil torna-se mais intensa, envolvendo também Chilperico.

---

<sup>10</sup> “[...] tam virtutes sanctorum, quam strages gentium memoramus”.

<sup>11</sup> Trata-se de uma passagem em que Gregório de Tours descreve os dissabores matrimoniais de Gontrão.

<sup>12</sup> Sigeberto tomou a cidade de Arles, que fazia parte dos domínios de Gontrão. Este, em represália, apossou-se de Avignon. Tendo sido Arles devolvida, Gontrão também restituiu Avignon a Sigeberto, sendo essa a razão pelo qual Gregório de Tours louva o seu proceder.

- IV, 50-51: Gontrão alia-se por duas vezes a Chilperico contra Sigeberto, mas as ameaças deste o fazem mudar de lado.
- V, 17: Dois filhos de Magnacário (pai de Marcatrude, a segunda esposa de Gontrão), acusados de difamar a rainha Austrechilde, são mortos por ordem do rei Gontrão, seu esposo. Logo em seguida os filhos do rei com Austrechilde (Clotário e Clodomer) adoecem subitamente e morrem.
- V, 18: Aliança entre Childeberto II e Gontrão; este reconhece ter perdido seus filhos por causa de seus pecados (*impulsu peccatorum meorum*) e promete ter o sobrinho na conta de filho, mesmo se viesse a ser pai de novo.
- V, 21: Gontrão reúne um sínodo para julgar os bispos Salônio de Embrun e Sagitário de Gap, acusados de praticar diversos atos violentos.<sup>13</sup> Os bispos são depostos, mas a indulgência do rei o leva a conceder-lhes autorização para se dirigirem a Roma, onde são acolhidos pelo papa João III (564-574). Gontrão acata uma ordem papal de reintegração dos bispos, os quais posteriormente são acusados de novos atos de violência. Sagitário fala mal do rei e da rainha, o que provoca a ira de Gontrão: os irmãos têm os bens confiscados e são confinados em monastérios. Mas, durante a doença de seu filho mais velho, o rei é alertado pelos familiares de Salônio e Sagitário quanto a uma possível punição divina que lhe estaria sendo imposta: o tratamento dispensado aos bispos faria aumentar o pecado do rei (*peccatum regis augeatur*) e isso ameaçaria a vida de seu filho. Gontrão manda libertar os bispos e pede que eles orem pelo herdeiro doente.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Esses bispos eram também irmãos. Em LH IV,43 Gregório de Tours registra, escandalizado, a participação de ambos numa batalha contra os saxões, na qual teriam tomado parte como verdadeiros guerreiros.

<sup>14</sup> Os incorrigíveis Salônio e Sagitário viveram como bispos piedosos durante algum tempo, mas depois voltaram a se entregar à vida mundana, segundo o relato de Gregório de Tours. Acabaram finalmente depostos em 579, durante um sínodo reunido em Chalon (LH V,28; MARIO DE AVENCHES, *Chronica*, a.579). Foram recolhidos e mantidos sob custódia na basílica de São Marcelo, mas de lá conseguiram escapar. Posteriormente, Sagitário tomou parte numa insurreição que pretendia colocar no trono Gundovaldo, pretense filho de Clotário I, tendo sido assassinado quando da derrota do mesmo (LH VII,39).

- V, 36: Quando do falecimento de Austrechilde, Gontrão manda executar os médicos que cuidaram da rainha, cumprindo promessa feita à mesma no seu leito de morte.<sup>15</sup>
- VI, 11.29: Inimizade entre Gontrão e o bispo Teodoro de Marselha, que chega a ser preso por ordem do rei.
- VI, 31: Guerra entre Chilperico e Gontrão, que deposita em Deus toda sua esperança (*totam spem in Dei iudicio collocans*).

Tratava-se, portanto, de um rei vacilante, que fazia e desfazia alianças de acordo com as conveniências do momento e que se mostrava incapaz de resistir aos caprichos de sua esposa, mesmo que para isso tivesse que agir injustamente. Mas ao mesmo tempo era um rei que procurava ouvir e respeitar os bispos, o que não o impedia de puni-los se viessem a se comportar como inimigos. Depositando sua confiança em Deus ele conseguiu sobreviver a seus dois irmãos – Sigeberto e Chilperico – ambos assassinados quando pareciam vitoriosos.

Como conseqüência de seus pecados, o rei sofre a punição divina e perde os filhos. Note-se que no caso dos príncipes Clotário e Clodomer essa associação é explícita, aparecendo já no título do capítulo: “*Quod Guntchramnus rex filios Magnacharii interfecit, suosque perdidit*” (LH V, *capitula*). Mas até mesmo no relato da morte de seus primeiros filhos é possível detectar a atribuição de responsabilidade ao rei pelo ocorrido.

De fato, nesse último caso, Gregório de Tours estava censurando as escolhas matrimoniais de Gontrão, mostrando as desgraças delas advindas. Ao casar-se com Marcatrude ele deu ensejo ao assassinato do filho que tivera com Veneranda, o que por sua vez levou seu segundo filho à morte (LH IV, 25).

De certa forma, a caracterização inicial de Gontrão por Gregório de Tours o torna muito semelhante a seu irmão Chilperico. Ambos se deixaram enredar nas maquinações de suas esposas e acabaram privados de herdeiros. Curiosamente ambos também reconhecem isso e escolhem o sobrinho Childeberto como um filho substituto. Chilperico fala no aumento de seus pecados (*peccatis increscentibus*),

---

<sup>15</sup> Mário de Avenches (*Chronica*, a.579) confirma a conexão entre a morte da rainha e a execução dos médicos, embora sem mencionar o rei: “Ea indictione, mense Septembri, Austregildis regina obiit; propter cujus transitum interfecti sunt duo medici, Nicolaus et Donatus”.

enquanto Gontrão se refere ao impulso de seus pecados (*impulsu peccatorum meorum*).

Projeta-se sobre os dois irmãos a imagem do rei penitente, que carregado de culpas busca o perdão divino. Mas Chilperico voltou ao antigo comportamento, razão pela qual Gregório destaca seu fim trágico. Gontrão, é bem verdade, ainda praticou atos que o bispo de Tours considerava censuráveis, visto que a morte dos médicos de Austrechilde ocorreu *após* o falecimento dos príncipes e o conseqüente *mea culpa* do rei. Mas o *bonus rex* de Gregório compensou os delitos do passado com o exercício de virtudes cristãs que, segundo o bispo de Tours, lhe granjearam fama de santidade.

A imagem virtuosa do rei Gontrão aparece com bastante nitidez entre os livros VII e IX da história de Gregório de Tours. Esse bloco narrativo tem como pano de fundo a confusa situação política da Gália franca quando da morte do rei Chilperico (584). Seu filho Clotário era ainda um bebê, o que deixava os domínios de Chilperico sem um rei. Childeberto II, com cerca de dez anos de idade, reinava na porção norte da Gália, mas na verdade o poder repartia-se entre sua mãe, Brunilda, e a aristocracia franca.<sup>16</sup> Gontrão tentou controlar todos os reinos francos, apresentando-se como protetor dos interesses de seus sobrinhos. Recebeu o apoio das principais lideranças do reino do falecido Chilperico, mas não obteve sucesso na Austrásia.

No sul da Gália, o franco Gundovaldo – que se dizia filho de Clotário I – foi feito rei graças ao apoio de nobres francos oriundos dos três reinos existentes até 584 (Soissons, Orléans, Reims), mas que haviam entrado em rota de colisão com seus antigos senhores.<sup>17</sup> Gontrão combateu as forças de Gundovaldo e conseguiu derrotá-lo em 585.<sup>18</sup> Dessa época até a morte de Gontrão (592) o equilíbrio se estabeleceu entre ele e Childeberto II, principalmente após um pacto firmado por ambos em Andelot, em 587 (LH IX, 20).

---

<sup>16</sup> Gregório de Tours já se refere a essa região como Austrásia (LH V,14.19), denominação que daqui por diante adotaremos.

<sup>17</sup> Nessa situação estavam Êunio Mummulus, que fora patricio de Gontrão, Desidério (duque de Chilperico), Gontrão Boso (duque de Sigeberto) e o bispo deposto de Gap, Sagitário (LH VII, 9.10.30-40).

<sup>18</sup> Na sua juventude Gundovaldo foi protegido por Childeberto I, mas não conseguiu ser reconhecido como filho por Clotário I, que mandou que lhe cortassem os cabelos. Acolhido por Cariberto, foi novamente tonsurado por ordem de Sigeberto e exilado em Colônia. De lá passou à Itália e depois a Constantinopla. Em 582 retornou à Gália, desembarcando em Marselha onde foi bem recebido pelo bispo Teodoro, o que despertou a ira de Gontrão (LH VI,24). Sobre as pretensões de Gundovaldo veja-se WOOD, 1994, p.93-98.

Gregório de Tours relata esses eventos ao mesmo tempo em que desenvolve o tema da *bonitas* de Gontrão, concentrando-se inicialmente em duas idéias fundamentais: o restabelecimento da unidade na Gália e a restauração da justiça nas regiões antes dominadas por Chilperico. No princípio do livro VII o bispo de Tours nos mostra Gontrão como senhor de Paris e de todo o antigo reino de Cariberto. O rei fundamenta seu direito no fato de terem seus irmãos – Sigeberto e Chilperico – violado o pacto estabelecido em 567, segundo o qual nenhum deles poderia entrar em Paris sem o consentimento dos demais. A morte violenta desses reis é interpretada como um castigo divino, cabendo a Gontrão – o único a respeitar o pacto – o reino de Cariberto:

Por causa, portanto, de tais transgressões eles perderam suas partes [do reino de Cariberto]. Por conseguinte, desde que eles foram mortos em virtude do um julgamento de Deus e das maldições contidas nos pactos, eu submeterei a minha dominação, com o respaldo da lei, todo o reino de Cariberto, bem como seus tesouros (LH VII, 6).<sup>19</sup>

Gontrão, legítimo rei de Paris, aparece também agindo em nome da justiça (*justitia intercedente* – LH VII, 7). Foram devolvidos os bens que homens de Chilperico haviam tomado de diversas pessoas, os testamentos que beneficiavam igrejas – e que haviam sido cassados por Chilperico – foram revalidados e os pobres foram assistidos (LH VII, 7.19). O bispo Pretextato – exilado no tempo de Chilperico (LH V, 19) foi reabilitado em Rouen, após Ragnemodo de Paris declarar que o mesmo não fora cassado em definitivo, mas apenas submetido a um tempo de penitência (LH VII, 16).<sup>20</sup>

A justiça também era feita aos mortos: os corpos de Meroveu e Clóvis, filhos de Chilperico, foram sepultados com as devidas honras em Paris, na basílica de São Vicente (LH VIII, 10).<sup>21</sup> Reparando os males causados por Chilperico, o Gontrão de Gregório de Tours torna-se a antítese do rei mau e perseguidor, sua imagem passando a ser associada à manutenção da ordem e da unidade cristãs na Gália. Note-se que o autor dos *Libri Historiarum* tem o cuidado de mostrar que mesmo a

---

<sup>19</sup> “Per has ergo transgressiones amiserunt partes suas: ideoque quia illi juxta Dei judicium et maledictiones pactionum defecerunt, omne regnum Chariberti cum thesauris ejus, meis ditionibus, lege opitulante, subjiciam.”

<sup>20</sup> Note-se a preocupação de Gontrão com a norma eclesiástica, somente reintegrando Pretextato mediante a declaração de Ragnemodo. Por esse mesmo motivo o padre Promotus — que fora nomeado bispo de Châteaudun por Sigeberto I e mais tarde deposto por um sínodo local — não conseguiu reaver sua diocese, ante a oposição de Pappolo de Chartres. Promotus obteve apenas os bens pessoais que lhe haviam sido confiscados (LH VII,17).

<sup>21</sup> De acordo com o relato de Gregório de Tours, o corpo de Clóvis foi encontrado por um pescador no rio Marne. Quanto a Meroveu, seu corpo foi exumado pelo bispo de Chartres e levado a Paris (LH VIII,10).

viúva de Chilperico, Fredegunda, mereceu os cuidados de Gontrão, que a manteve sob sua proteção e recusou-se a entregá-la aos homens de Childeberto II (LH VII, 7.14).

A questão da unidade política da Gália começa a ser desenvolvida por Gregório também nos primeiros capítulos do livro VII. O ponto de partida é um discurso de Gontrão ao povo de Paris (LH VII, 8), no qual o rei pede para não ser assassinado como o haviam sido seus irmãos. Ele solicita um prazo de três anos, durante o qual atuaria como protetor dos sobrinhos (Clotário e Childeberto II), que deveriam mais tarde reinar ali. A fala do rei inclui ainda uma advertência: sua morte deixaria o reino sem um protetor saído da linhagem real, o que os levaria a perecer após ele próprio.<sup>22</sup>

A existência do poder real é assim justificada no texto gregoriano como o penhor da estabilidade: sem ele a sociedade caminharia para o caos, pereceria. Ao mesmo tempo é afirmada mais uma vez a legitimidade da casa merovíngia (*genere nostro robusto*), de cujo seio sairiam os verdadeiros defensores do povo.

De fato, a exclusividade merovíngia estava duplamente ameaçada por essa época, visto surgirem então, tanto na Austrália quanto na Aquitânia, lideranças muito fortes dentro da aristocracia franca, potencialmente capazes de deixar na sombra o príncipe merovíngio em torno do qual cada facção se agrupava (Childeberto II, na Austrália, o pretendente Gundovaldo, no sul). Tours e Poitiers hesitavam entre jurar fidelidade a Gontrão ou a Childeberto.

A Tourraine foi pilhada por tropas leais a Gontrão, o que fez os cidadãos de Tours optarem pelo *bonus rex*. Gregório – nesse caso tomando parte efetiva no evento narrado – recomenda o mesmo aos de Poitiers, argumentando ser Gontrão pai adotivo dos filhos de Sigeberto e Chilperico, portanto detentor de direitos sobre todo o antigo reino de Clotário I.<sup>23</sup> Gontrão, além de antítese de Chilperico, começava a aparecer sob a pena de Gregório como um novo Clotário, capaz de reunir sob seu domínio todos os reinos da Gália.

Se o *bonus rex* era uma força que atuava no sentido de favorecer a coesão entre os reinos francos, havia também as forças desintegradoras, representadas no texto de Gregório pelos nobres que cercavam Childeberto II, o pretendente ao trono Gundovaldo e a rainha Fredegunda. As tropas de Gontrão anularam uma dessas

---

<sup>22</sup> “[...] me defuncto, simul pereatis; cum de genere nostro robustus non fuerit qui defenset”.

<sup>23</sup> “[...] et sic tenere regni principatum, ut quondam Chlothacharius rex fecerat pater ejus”.

forças ao abater Gundovaldo, eliminando em seguida boa parte dos que o tinham apoiado (LH VII, 24-40). Superando Gundovaldo, o rei Gontrão avançava no sentido da unificação dos reinos, restando apenas o acerto de contas com a corte de Childeberto II.

Ao registrar o tratamento dispensado por Gontrão a embaixadores de Childeberto II, Gregório sintetiza a resistência de seu rei favorito à ameaça vinda do Norte: após uma longa discussão, na qual fez duras críticas ao bispo Egídio de Reims e a Gontrão Boso – que faziam parte da embaixada – o rei foi ameaçado e ridicularizado pelos representantes de Childeberto, em razão do que mandou que fossem lançados sobre os embaixadores que se retiravam excrementos de animais e todo o lixo da cidade (LH VII,14). Tio e sobrinho mantiveram uma relação tensa durante vários anos, mas no pacto que firmaram em 587 – o Tratado de Andelot – dividiram entre si as várias regiões da Gália.

Quanto a Fredegunda, ela reivindicava para seu filho Clotário os territórios que antes pertenceram a Chilperico, no que tinha o apoio dos nobres que serviram a seu falecido marido (LH VII, 5.7). Fredegunda manteve a velha rivalidade com Brunilda e a casa de Sigeberto, sendo atribuída a ela a responsabilidade pelo assassinato do bispo Pretextato de Ruen (LH VIII, 31) – antigo aliado de Brunilda – e por dois atentados contra Childeberto II e sua mãe (LH VII, 20; VIII, 29). Gontrão, segundo Gregório, tinha dúvidas quanto a ter sido de fato Chilperico o pai do último filho de Fredegunda (LH VIII, 9; IX, 20), tendo sido necessário um juramento da rainha e de mais trezentos nobres para confirmar a alegada paternidade (LH VIII, 9).

Gontrão se dispôs a deixar parte de seu reino a Clotário (LH IX, 20), recebendo o menino na fonte batismal (591). Esse gesto, que em princípio estabelecia um parentesco espiritual entre padrinho e afilhado, assumiu a dimensão de uma adoção de Clotário por Gontrão. Na ocasião este teve de reafirmar perante representantes de Childeberto sua disposição de manter o tratado anteriormente firmado com esse rei, insistindo que batizar o filho de Chilperico era um dever cristão e uma obrigação familiar. Gregório registra as palavras do rei por ocasião do batizado: “Que o menino cresça e realize o que seu nome significa, e que ele seja tão poderoso quanto aquele de quem recebeu o nome [Clotário I]” (LH X, 30).<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> “Crescat puer, et hujus sit nominis exsecutor, ac tali potentia polleat, sicut ille quondam, cujus nomen indeptus est”. Clotário significa «célebre na guerra» (Cf. nota de R. Latouche em *Histoire des Francs*, t.2, p.309, n.101).

Esse é o último evento relacionado ao universo político da Gália que Gregório registra em seus *Libri Historiarum*. Note-se que os três reis do momento nele são mencionados, reservando-se a Gontrão o papel de mediador e sustentáculo da justiça, cumprindo ao mesmo tempo os deveres de rei e cristão. Na verdade esse episódio funciona como um epílogo ao ciclo de Gontrão, remetendo a outro tema fundamental no desenvolvimento do mesmo: a *bonitas* do rei.

Gregório de Tours abre o livro VIII de sua narrativa descrevendo um encontro que ele próprio teve com o rei Gontrão em Orléans, numa data bastante significativa para o bispo de Tours: o festival de verão de São Martinho (4 de julho de 585). Os festivais eram considerados ocasiões especialmente propícias para a manifestação da *virtus* de um santo. É justamente nesse clima que Gregório situa uma série de atitudes do rei Gontrão que servem como ponto de partida para sua caracterização definitiva como modelo de rei cristão:

- VIII, 1: O rei execra os judeus de Orléans, que o felicitavam por ocasião de sua chegada à cidade; segundo Gontrão, a nação judaica era “malvada e pérfida” (*genti Judaicae malae et perfidae*), aclamando-o apenas porque ele mandara reconstruir uma sinagoga destruída por cristãos, a expensas do tesouro público; Gontrão afirma durante um banquete que não iria mais reparar a sinagoga, por ter recebido uma ordem divina nesse sentido; finalmente o rei pede que os bispos abençoem sua casa.
- VIII, 2: Gontrão ora nos lugares santos de Orléans; na basílica de Santo Avito, onde estava alojado Gregório, o rei recebe das mãos do bispo de Tours as eulógias de São Martinho.
- VIII, 3: Novamente num banquete com Gregório, Gontrão lhe mostra parte do tesouro que fora tomado de Êunio Mummolo (partidário de Gundovaldo, morto pouco tempo antes), revelando que destinaria a maior parte do mesmo aos pobres e às igrejas.
- VIII, 4: Gontrão pede aos bispos que orem por Childeberto II; declara temer ser assassinado a mando de Brunilda, mas afirma sua confiança em Deus, que já o livrara das mãos de seus inimigos.



- VIII, 6: O rei perdoa dois aliados de Gundovaldo que haviam se refugiado na basílica de São Martinho, em Tours, em favor dos quais intercedeu o próprio Gregório, que convenceu o rei a se declarar representante do santo (*Beatus Martinus, inquit, misit me*).

Note-se que a presença de São Martinho atravessa esse conjunto de episódios, atuando como catalisador da manifestação das virtudes do rei e sancionando seus atos. Dito de outro modo, trata-se de perceber no proceder do rei a ação do santo, idéia explicitada na identificação de Gregório como enviado do mesmo. A proteção martiniana estaria assim à disposição de Gontrão, mas isso implicaria dar ouvidos a seu representante terreno: o bispo de Tours.

Gontrão firma-se mais uma vez como antítese de Chilperico, distribuindo tesouros aos pobres e igrejas ao invés de espoliá-los. Isso o torna a versão ocidental de Tibério, o imperador de Constantinopla admirado por Gregório graças a sua caridade (LH V, 20). Mas além de ser caridoso outro atributo espiritual é associado ao rei Gontrão: a capacidade de discernir a vontade de Deus.

É essa a lição a ser tirada do episódio da execração dos judeus, ocasião na qual Gregório elogia a prudência do rei: “Oh rei, ilustre por sua admirável prudência!” (LH VIII, 2)<sup>25</sup> Em capítulos posteriores essa idéia é retomada, sendo Gontrão retratado como um rei preocupado com questões disciplinares e morais no seio da comunidade cristã, insistindo na convocação de sínodos (LH VIII, 20; IX, 20). Isso não o impedia de se indispor com vários bispos e mesmo tencionar mandar alguns deles para a prisão, o que teria certa vez atraído sobre ele a cólera divina sob a forma de uma doença quase mortal (LH VIII, 20).

O *bonus rex* Gontrão aparece ainda no texto de Gregório empenhado em livrar a Gália da presença dos godos, que detinham o controle da Septimânia (LH VIII, 30). Repetindo Clóvis quando da guerra contra Alarico II, Gontrão declara ser uma indignidade o domínio dos godos na região. As tropas enviadas por Gontrão causam mais danos à Gália franca do que aos inimigos, pilhando as terras que atravessavam. A guerra foi um desastre para os francos, cujo exército foi dizimado. Gontrão reúne seus comandantes na basílica de São Sinfoniano de Autun, por ocasião da festa do santo. Gregório lhe atribui nessa ocasião um discurso no qual aparece em cores vivas a mensagem do próprio bispo de Tours:

---

<sup>25</sup> “O regem admirabili prudentia clarum”!

De que modo podemos obter a vitória, visto que não protegemos aquilo a que nossos pais eram ligados? Eles que edificavam igrejas, colocavam sua esperança em Deus, honravam os mártires, veneravam os sacerdotes, obtiveram vitórias e freqüentemente submeteram, pela espada e com o escudo, os povos estrangeiros, socorridos pela ajuda divina.

Nós, ao contrário, não só não tememos, como também devastamos os lugares sagrados, matamos seus ministros e também destruimos e reduzimos ao ridículo as próprias relíquias dos santos. A vitória não pode ser obtida onde tais atos são perpetrados. Por isso nossas mãos estão inválidas, nossa espada arrefece e nosso escudo não nos protege mais como habitualmente. Portanto se isto se deve a minha culpa, que Deus a faça cair sobre minha cabeça. Todavia, se sois vós que ignorais as ordens reais e deixais de cumprir o que determino, então será sobre vossa cabeça que se abaterá o machado (LH VIII, 30).<sup>26</sup>

A abertura do discurso de Gontrão recorda mais uma vez Clóvis, quando das demonstrações de reverência para com São Martinho.<sup>27</sup> As oposições desenvolvidas ao longo da fala do rei remetem ao prólogo do livro V e ao relato da destruição causada pela guerra entre Chilperico e Sigeberto (IV, 49). O argumento central pode ser assim resumido: a vitória escapava porque não eram respeitados as igrejas, os clérigos e as relíquias.

Os francos do passado, temendo a Deus, construíram igrejas e honraram os mártires, sendo por isso recompensados com vitórias. Os guerreiros de Gontrão, ao agirem da forma oposta, atraíam sobre o exército a desgraça. No texto que reproduz a resposta atribuída por Gregório aos chefes francos a *bonitas* do rei aparece em destaque, mas o bispo de Tours coloca na boca dos guerreiros palavras que acabam dando novos contornos à imagem do rei por ele idealizada:

---

<sup>26</sup> “Qualiter nos hoc tempore victoriam obtinere possumus, qui ea quae patres nostri consecuti sunt, non custodimus? Illi vero ecclesias aedificantes, in Deum spem omnem ponentes, martyres honorantes, sacerdotes venerantes, victorias obtinuerunt, gentesque adversas, divino opitulante adjutorio, in ense et parma saepius subdiderunt. Nos vero non solum Deum non metuimus, verum etiam sacra ejus vastamus, ministros interficimus, ipsa quoque sanctorum pignora in ridiculo discerpimus ac vastamus. Non enim potest obtineri victoria, ubi talia perpetrantur. Ideo manus nostrae sunt invalidae, ensis tepescit, nec clypeus nos, ut erat solitus, defendit ac protegit. Ergo si hoc meae culpae ascribitur, jam id Deus capiti meo restituat. Certe si vos regalia jussa contemnitis, et ea quae praecipio implere differtis, jam debet securis capiti vestro submergi?”

<sup>27</sup> Cf. LH II, 37: “Et ubi erit spes victoriae, si beatus Martinus offenditur?”

Não é fácil descrever tua magnanimidade, ó excelente rei; que temor a Deus há em ti, que reverência para com os sacerdotes, que piedade para com os pobres, que generosidade para com os dirigentes. Mas ainda que tudo o que vossa glória proclame seja sensato, justo e verídico, o que podemos fazer se todo o povo caiu no vício e todos os homens se deleitam em fazer o que é iníquo? Ninguém teme o rei, ninguém trata com reverência os duques e condes (LH VIII, 30).<sup>28</sup>

Note-se que há aqui um descolamento entre rei e povo no que se refere aos vícios e virtudes. Mesmo com um rei virtuoso as desgraças poderiam se abater sobre o povo, visto o pecado nele habitar. Além disso, o discurso atribuído aos comandantes de Gontrão opera a passagem do plano moral (“*populus omnis in vitium est dilapsus*”) para o da ordem social e política (“*Nullus regem metuit, nullus ducem, nullus comitem reveretur*”). Fecha-se o circuito: o pecado extrapola sua dimensão pessoal e se torna o principal agente do caos que ameaçava a ordem cristã concebida pelo bispo de Tours.

Martin Heinzelmann (2001, p. 52) observa com razão que, ao longo do livro IV, o pecado e a conseqüente punição divina eram atribuídos ao povo como um todo, nele estando inclusos os bispos e os reis; mas nos livros VII, VIII e IX o *bonus rex* (Gontrão) figura como antítese do povo pecador. Porém, a solidariedade nas conseqüências do pecado é mantida. Dito de outro modo, no modelo associado a Sigeberto e Chilperico o rei pecava com o povo e ambos sofriam. No caso de Gontrão o povo peca contra o rei, mas o sofrimento recai sobre todos.

Analisando o tratamento dispensado por Gregório de Tours ao rei Gontrão, Martin Heinzelmann (2001, p. 51-75) destaca a existência de um núcleo temático que une os livros VII, VIII e IX da narrativa gregoriana, o que ele denomina a “trilogia de Gontrão”. Para Heinzelmann, Gregório estabelece uma associação entre Gontrão e Ezequias, rei de Judá (2Rs 18; 20), aquele que foi fiel a Deus mas sofreu por viver em meio a um povo pecador.

Tal conexão já estaria anunciada no prólogo do livro II, quando Ezequias e seu povo são invocados por Gregório para ilustrar a coexistência ente pecado e beatitude, situação por ele considerada similar à da época descrita nos *Libri*

---

<sup>28</sup> “Bonitatis tuae magnanimitas, rex optime, enarrari facile non potest; qui timor tibi in Deum sit, qui amor in ecclesiis, quae reverentia in sacerdotibus, quae pietas in pauperibus, quaeve dispensatio in egenis. Sed quia omnia quae gloria vestra profert, recta veraque esse censentur; quid faciemus quod populus omnis in vitium est dilapsus, omnemque hominem agere quae sunt iniqua delectat? Nullus regem metuit, nullus ducem, nullus comitem reveretur.”

*Historiarum*. Significativamente, o rei de Judá é colocado ao lado dos profetas Elias e Eliseu, do rei Davi e do juiz Samuel.

Ao mencionar Ezequias, Gregório lembra que este fora o rei a quem Deus prolongara a vida em quinze anos (2Rs 20, 1-11). Heinzelmann entende que Gontrão era, para Gregório, um novo Ezequias, um bom rei favorecido por Deus e que padecia por conta dos pecados que assolavam a Gália de seu tempo.

De fato, as semelhanças entre as respectivas caracterizações de Ezequias e Gontrão no texto bíblico e nos *Libri Historiarum*, não são mero acaso. Sobre Ezequias, a narrativa vetero-testamentária diz que:

À semelhança de David, seu pai, fez o que é reto aos olhos do SENHOR. Foi ele que fez desaparecer os lugares altos, quebrou as estelas, cortou o poste sagrado e esfacelou a serpente de bronze que Moisés fabricara; pois, até então, os filhos de Israel lhe tinham oferecido incenso: chamavam-na Nehustan. Ezequias pôs sua confiança no SENHOR, o Deus de Israel.

Não houve entre os seus sucessores rei igual a ele em Judá, nem entre seus antecessores. Permaneceu fiel ao SENHOR, sem nunca dele se afastar. Ele guardou os mandamentos que o SENHOR prescrevera a Moisés. O SENHOR estava com ele; ele tinha êxito em tudo que empreendia (2Rs 18, 3-7).<sup>29</sup>

Ezequias confiava em Deus e lhe era fiel, por isso era favorecido. A caracterização de Gontrão nos *Libri Historiarum* procura repetir esse mesmo percurso. Como vimos, o rei franco também colocava em Deus toda sua esperança (LH VI, 31) e era para Gregório de Tours um rei piedoso, sempre pronto a atender os bispos. Como Ezequias buscara os conselhos do profeta Isaías (2Rs 19, 1-8), Gontrão acolhia com afabilidade as palavras de Gregório de Tours, o representante de São Martinho (LH VIII, 6).

Ezequias fora curado de uma grave doença (2Rs 201-10); Gontrão, estivera às portas de morte (LH VIII, 20), mas escapara. Vestido de saco, em atitude penitencial, Ezequias buscou o templo quando soube da derrota de Judá diante dos assírios (2Rs 19, 1); Gontrão, chorando a perda dos filhos, reconhecia-se vítima de seu próprio pecado (LH V, 17).

---

<sup>29</sup> Mantivemos a grafia do nome «David» e o destaque tipográfico de «SENHOR» conforme a versão do texto bíblico utilizada neste trabalho (*Bíblia – Tradução Ecumênica*).

Fazer de Gontrão um novo Ezequias significava inseri-lo definitivamente na tradição davídica que esse último representa. Pois o essencial de Ezequias, conforme a tradição bíblica, corresponde à semelhança com Davi, em termos de fervor religioso e postura fiel a Deus. Tornando um novo Ezequias, Gontrão tinha sobre si projetada a imagem de Davi e da aliança com Deus por ele encarnada.

Um povo pecador, um rei virtuoso. Mas para Gregório pecado, doença e desastres eram intimamente ligados. Não por acaso os eventos seguintes desenrolam-se num cenário catastrófico: o bispo de Rouen é apunhalado durante uma missa e morre em seguida (LH VIII, 31); Paris arde em chamas (LH VIII, 33); os monges Winnoc e Anatólio, modelos de virtude, caem em desgraça; o primeiro torna-se alcoólatra, enquanto o segundo é vítima da possessão demoníaca (LH VIII, 34); impostores e adivinhos perturbam a paz de Tours e de outras cidades (LH IX, 6); a disenteria grassa em Metz (LH VIII, 13); chuva e neve destroem plantações (LH IX, 17); cidadãos de Tours se matam num sangrento conflito familiar (LH IX, 19); a peste castiga Marselha (LH IX, 21); mães e filhas disputam propriedades (LH IX, 33.35); a rainha Fredegunda tenta matar sua própria filha, Rigonta (LH IX, 34); o bispo Droctigisilo de Soissons quase perde sua cátedra, por conta de sua inclinação para a bebida; um complô para matar as rainhas Failleuba e Brunilda (respectivamente esposa e mãe de Childeberto II) é descoberto, resultando em cruéis punições para os envolvidos (LH IX, 38); as monjas de Poitiers se revoltam e violentos conflitos têm lugar na basílica de Santo Hilário (LH IX, 39-43). A própria ordem natural parece perturbada: após chuvas torrenciais as árvores florescem em pleno outono e dão frutos uma segunda vez (LH IX, 44).

Gregório também aponta qual seria o remédio para esses males. Segundo o bispo de Tours, no incêndio de Paris as igrejas escaparam ilesas e prisioneiros foram salvos das chamas pela aparição de São Germano (bispo da cidade, morto em 576). Os demais edifícios foram destruídos, excetuando-se um conjunto de prédios situados nas proximidades de um oratório que continha relíquias de São Martinho de Tours.

Para Gregório, o socorro somente poderia vir mediante a intervenção dos santos, obtida por meio de preces, jejuns e vigílias. Um bom bispo deveria saber conduzir seu rebanho no caminho certo nessas ocasiões. Por isso, ao falar da peste em Marselha, Gregório considera comparável a um bispo o homem que levou a população a se reunir na igreja e celebrar vigílias por três dias: o rei Gontrão.

O capítulo no qual Gregório de Tours registra o procedimento do rei Gontrão quando da epidemia em Marselha tem o seguinte título: *De eleemosynis et bonitate ipsius regis*.<sup>30</sup> O termo *bonitas*, aplicado a um rei que não Gontrão, ocorre nos *Libri Historiarum* apenas mais uma vez, igualmente num título de capítulo (III, 25), referindo-se às qualidades de Teudeberto I (*De bonitate Teudeberti*). Nesse caso, a *bonitas* real estava associada à justiça, respeito à Igreja e cuidado com os pobres.

Ao falar de Gontrão, Gregório de Tours inicia o elogio do rei igualmente pela sua grande largueza ao fazer caridade, mas em seguida desloca o foco da descrição para o fervor religioso do príncipe: “O mesmo rei [Gontrão], como já muitas vezes dissemos, era grande no exercício da caridade e assíduo às vigílias e jejuns” (LH IX, 21).<sup>31</sup> Em seguida, Gregório passa a falar da ação do rei em Marselha, comparando-o a um bom bispo, tendo ele sabido escolher os remédios adequados à cura das feridas da multidão pecadora.<sup>32</sup> Tais remédios, como vimos acima, consistiam nas orações e vigílias intensas durante três dias, período durante o qual as doações feitas pelo rei aos pobres também cresceram (*per triduum enim, ipsius eleemosynis largius solito praecurrentibus*).

A conduta de Gontrão recorda outro evento semelhante, também registrado por Gregório de Tours, mas ocorrido alguns anos depois, em Roma, logo após a ascensão ao trono pontifício do papa Gregório I Magno (590-604). Diante de uma epidemia devastadora o papa organiza procissões e vigílias solenes, não tanto pela cura dos doentes, mas pelo perdão dos pecados que conduziam à mesma.

O clima penitencial é reforçado pela dimensão escatológica presente de modo mais intenso ao longo de todo o livro X, mas que também pode ser associado à própria atuação de Gontrão como *sacerdos Domini*. Aos olhos de Gregório de Tours, a Igreja funcionava como uma antecipação do Paraíso, um espaço na terra em que se podia experimentar as delícias celestes. Os homens da Igreja e o rei cristão deviam guiar o povo na direção do Céu.

Deve ser ressaltado que Gregório não identifica Gontrão como *episcopus* – termo que remete à dimensão clerical, ao ofício eclesiástico – mas fala em *sacerdos Dei*,

---

<sup>30</sup> “Sobre a caridade e a bondade do mesmo rei” [isto é, Gontrão, cujo nome figura no título do capítulo anterior].

<sup>31</sup> “Ipse autem rex, ut saepe diximus, in eleemosynis magnus, in vigiliis atque jejuniis promptus erat”.

<sup>32</sup> “Sed rex, ac si bonus sacerdos providens remedia, quibus cicatrices peccatoris vulgi mederentur”.

expressão da qual ele se vale para se referir aos bispos no seu papel de servos de Deus, ou seja, numa dimensão espiritual (HEINZELMANN, 2001). Essa identificação é repetida algumas linhas depois, ligeiramente modificada e associada a uma nova construção:

[...] era então considerado não somente um rei, mas também como bispo de Deus, colocando toda sua esperança na misericórdia do Senhor, e dirigindo para ele todos os seus pensamentos que lhe ocorriam, pois pensava em toda a sinceridade de sua fé que por seu intermédio eles poderiam produzir efeito (IX, 21).<sup>33</sup>

Mais uma vez o “colocar a esperança em Deus” aparece sob a pena do bispo de Tours como um atributo do bom rei. Recuperam-se de imediato as imagens dos francos Clotário e Clóvis, mas também dos reis bíblicos Ezequias e Davi, cuja liderança espiritual é igualmente associada a Gontrão. O modelo real de Gregório vai assim adquirindo contornos mais nítidos: o rei cristão deveria não somente ser virtuoso, mas acima de tudo mostrar o caminho da virtude ao povo, reconhecendo-se nele inclusive a capacidade de interceder em favor deste junto a Cristo, mediante suas orações. O pecado trazia a doença, para cuja cura deveria contribuir a ação piedosa do rei.

Falar de intercessão e de cura é se aproximar do universo dos santos. Com vimos, Gregório não recusa o passo decisivo, relatando a cura operada pelas vestes do rei e os exorcismos obtidos com a invocação de seu nome (LH IX, 21).<sup>34</sup> O *bonus rex* transformava-se em santo, e mediante sua *virtus* o povo tornava-se *sanatus*. Se o pecado do povo conduzia à doença, o rei-santo o conduzia no percurso inverso.

Não se trata aqui de uma santidade atribuída à realeza, mas sim da afirmação da necessidade de ter o povo cristão a sua testa um rei que se fizesse modelo de santidade. Ou seja, Gontrão não era santo por ser rei, mas teria sido contemplado com atributos próprios dos santos por ter reinado como verdadeiro cristão.

Note-se que os dons da cura e do exorcismo somente são mencionados no texto gregoriano após a descrição do comportamento virtuoso do rei, numa seqüência ascendente que começa com atitudes piedosas cotidianas (esmolas, jejuns e

---

<sup>33</sup> “[...] ut jam tunc non rex tantum, sed etiam sacerdos Domini putaretur, totam spem suam in Domini miserationem transfundes, et in ipso jactans cogitationes, quae ei superveniebant, a quo eas effectui tradi tota fidei integritate putabat.”

<sup>34</sup> No caso da cura obtida pela mulher em favor de seu filho note-se a semelhança com a passagem evangélica em que uma mulher é curada mediante o toque no manto de Cristo (Mt 9,20-22).

vigílias), passa pela liderança do povo diante da peste (ato de incentivar as vigílias), revela uma fé excepcional (referência à crença em ser, ele, Gontrão, um porta-voz privilegiado das preces do povo) e culmina com a realização de curas e exorcismos. Rei sofredor e penitente, o Gontrão de Gregório fora castigado e perdoado por Deus, sendo ele próprio exemplo do caminho a ser percorrido por seus súditos.

Estariamos assim diante de um modelo de realeza sacerdotal? Para Walter Ullmann (1965: 32-36) a realeza medieval seguiu a o modelo imperial romano, atribuindo ao monarca, simultaneamente, funções régias e sacerdotais. Mas, como faz notar Ullmann, o rei-sacerdote não possuía atribuições sacramentais, atendo-se na verdade ao governo da Igreja, no sentido de convocar concílios, aprovar as decisões dos mesmos e designar bispos. Em outras palavras, o rei-sacerdote tinha diante de si a tarefa de velar pelo ordenamento cristão do reino.

É útil ainda recordar aqui a distinção feita por Jacques Le Goff (1992: 20) entre os diversos aspectos que se articulam na monarquia cristã medieval: o sagrado (relação direta com Deus), o religioso (apoio e favorecimento à ação da Igreja), o sacerdotal (o rei como homem da Igreja) e o taumatúrgico (o poder curativo).<sup>35</sup>

No caso de Gontrão esses quatro elementos estão presentes, como o evidenciam as passagens dos *Libri Historiarum* acima reproduzidas. Note-se que os atos desse rei franco não se limitam ao campo da proteção e favorecimento à Igreja (aspecto eclesiástico), mas incorporam um perfil de liderança na condução da mesma, o que o coloca no campo sacerdotal, se utilizarmos a terminologia acima referida.

Seria tudo isso uma mera construção textual de Gregório de Tours? Há fortes indícios que nos levam a responder de forma negativa a essa pergunta. De fato a memória do rei Gontrão parece ter ficado associada a essa identificação sacerdotal. A *Chronica* de Fredegário, concluída por volta de 660 (WALLACE-HADRILL, 1993: 71) registra enfaticamente a bondade do rei (*bonitate plenus*), seu comportamento como verdadeiro bispo (*cum sacerdotibus utique sacerdotis ad instar se ostendebat*) e seu cuidado com os pobres (FREDEGÁRIO, *Chonichum* IV, 1).<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> No contexto estudado por Le Goff (a monarquia capetíngia) a taumaturgia régia circunscrevia-se ao toque das escrófulas, também estudado por M. Bloch (1993).

<sup>36</sup> “Guntchramnus rex Francorum cum jam annos 23 Burgundiae regnum, bonitate plenus, feliciter regeret, cum sacerdotibus utique sacerdotis ad instar se ostendebat, et cum leudis erat aptissimus, eleemosynam pauperibus large tribuens, tantae prosperitatis regnum tenuit, ut omnes etiam vicinae gentes amplissimas de ipso laudes canerent”. Note-se que Fredegário conhecia e usou o texto de Gregório de Tours, mas numa versão incompleta em seis livros, na qual não estão presentes os textos fundamentais mediante os quais Gregório



Mais significativo ainda é o texto que chegou até nós como *Guntcbrammi Regis Edictum*. Em 585 um concílio reuniu-se em Mâcon (LES CANONS..., 1989: 452-485; PONTAL, 1989: 186-191; HEINZELMANN, 2001: 185-190). O primeiro dos cânones desse concílio trata da questão dos trabalhos aos domingos, interditando-o severamente (LES CANONS..., 1989: 457-458). No mesmo ano o rei publicou o *Edictum*, complementando as disposições conciliares (HILGARTH, 1986: 196-97). Martin Heinzelmann (2001: 188-189) demonstra que o documento real modifica aspectos doutrinários do texto conciliar, além de acentuar ainda mais a necessidade da observância do repouso dominical.

Gontrão dirige-se aos bispos em nome da estabilidade do reino e da salvação do povo. Era um ministro de Deus, agindo em nome da ordem divina. Mas, como observa Heinzelmann (2001: 189), a semelhança conceitual entre o decreto de Gontrão e os *Libri Historiarum* é muito grande para que ignoremos a mão do bispo de Tours atuando junto ao rei.

De qualquer modo é o texto gregoriano que nos lega com maior vivacidade a imagem do *bonus rex*, taumaturgo e exorcista. Feito santo, Gontrão estava associado às glórias celestes, ao menos na narrativa de Gregório. Mas ao dar a seu rei favorito as honras da santidade, o bispo de Tours estabelecia ainda outro contraste. Num dos primeiros capítulos do livro VIII, Gregório narra uma conversa que tivera com Gontrão, na presença de outros bispos. Na ocasião ele conta ao rei um sonho que tivera com Chilperico: “Eu o vi [Chilperico] após ter sido tonsurado, consagrado como um bispo, depois colocado e transportado sobre uma cadeira, coberto somente de cinza enquanto brilhavam diante dele círios e candeieiros”.<sup>37</sup>(LH VIII, 5)

Para Gregório, o sonho era um sinal de que a morte de Chilperico fora um castigo para sua má conduta. Gontrão então surpreende a assistência, narrando um sonho que ele mesmo tivera e no qual vira Chilperico ser arrastado por três bispos, um dos quais insistia na sua condenação às chamas, embora os demais quisessem apenas castigá-lo e em seguida libertá-lo. Ao longe, um caldeirão fervente estava preparado:

Enquanto eu chorava, o infeliz Chilperico foi seguro e tendo seus membros sido quebrados foi projetado no caldeirão. E sem demora, foi dissolvido e liquefeito em

---

constrói a imagem do seu *bonus rex*. Sobre as fontes usadas por Fredegário veja-se; WALLACE-HADRILL (1993).

<sup>37</sup> “[...] cum viderem eum a te tonsurato capite quasi episcopum ordinari, deinde super cathedram puram sola fuligine tectam impositum ferri, praelucentibus coram eo lychnis ac cereis”

meio aos vapores da água, de modo que não restou dele traço algum (LH VIII, 5).<sup>38</sup>

Enquanto Gontrão, o *bonus rex*, operava milagres ainda em vida, Chilperico, *Nero nostri temporis et Herodes*, era consumido no inferno, desaparecendo até mesmo no mundo dos mortos. Enquanto a trajetória de Gontrão é ascendente, indo de um reinado inicialmente obscuro à glória da santidade, a de Chilperico lhe é oposta, mergulhando do alto da majestade terrestre nas profundezas da danação eterna.

Em Gontrão projetava-se tudo o que o bispo de Tours valorizava num rei cristão, ao passo que Chilperico encarnava a negação de cada um desses valores. Mediante o contraste entre os dois reis que ele mais conhecera em vida – tornados por sua pena, um santo, o outro, demônio – Gregório de Tours legava à posteridade um verdadeiro modelo de rei cristão.

\*\*\*

### Fontes primárias

BÍBLIA. N. T. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Tradução das monjas da Abadia de Santa Maria et. al. 5. Ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

GRÉGOIRE DE TOURS. *Histoire des Francs*. Tradução de Robert Latouche. Paris: Les Belles-Lettres, 1999. 2t.

*LES CANONS des conciles mérovingiens (VIe-VIIe siècles)*. Texto latino e tradução de Jean Gaudemet e Brigitte Basdevant. Paris: Éditions du Cerf, 1989. 2.v. (Coleção “Sources Chrétiennes, n.353-354).

LIBER historiae Francorum. In: KRUSCH, B. (ed.) *Monumenta Germaniae Histórica: Scriptorum Rerum Merovingicarum*. Hannoverae: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1888, t.2, p.215-328.

*LIBER historiae Francorum*. Tradução de Bernard Bachrach. Lawrence: Coronado Press, 1973.

MIGNE, J.-P. (ed.). *S. Georgii Florentini Gregorii Turonensis episcopi opera omnia necnon Fredegarii scholastici epitome et chronicum cum suis continuatoribus et aliis antiquis monumentis*. Paris: Bibliothecae Cleri Universae, 1867 (Patrologia Latina, v. 71).

---

<sup>38</sup> “Tunc me flente, apprehensum infelicem Chilpericum confractis membris projiciunt in aeneum. Nec mora, inter undarum vapores ita dissolutus ac liquefactus est, ut nullum ex eo penitus indicium remaneret”.

## Referências gerais

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

FLETCHER, Richard. *The barbarian conversion: from paganism to Christianity*. New York: Henry Holt, 1998.

FREITAS, Edmar Checon de. *Realeza e santidade na Gália merovíngia: o caso dos Decem Libri Historiarum* de Gregório de Tours (538-594). 2004. Tese (Doutorado em História). Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

GEARY, Patrick J. *Before France and Germany: the creation and transformation of the Merovingian world*. New York: Oxford University Press, 1988.

HILLGARTH, J. N. *Cristianity and paganism, 350-750: the conversion of Western Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1986.

HEINZELMANN, Martin. *Gregory of Tours: history and society in the sixth century*. Tradução de Christopher Carroll. Cambridge: University of Cambridge Press, 2001.

JAMES, Edward. *The Franks*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrés de la monarchie française du Xe au XIIIe siècle. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Claudio Sergio (Ed.). *La royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris: Écoles des Études en Sciences Sociales, 1992, p.19-28.

PONTAL, Odette. *Histoire des conciles mérovingiens*. Paris : Cerf, 1989.

ROUCHE, Michel. *Clovis*. Paris: Fayard, 1996.

SILVA, Marcelo Cândido da. Realeza e ideologia Episcopal em Gregório de Tours: os *Decem Libri Historiarum* VI,46. In: SILVA, Andréia C.; SILVA, Leila R. *Atas da IV Semana de Estudos Medievais da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p.48-60.

ULLMANN, Walter. *A history of political thought: the Middle Ages*. Harmondsworth: Penguin Books, 1965.

WALLACE-HADRILL, John M. Fredegar and the History of France. In: \_\_\_\_\_. *The long-haired kings*. Toronto: University of Toronto Press, 1993, p.71-94.

WOOD, Ian. *The Merovingian kingdoms*. London: Longman, 1994.

### **Abreviaturas**

2Sm – Segundo Livro de Samuel

Sl – Livro dos Salmos

Mt – Evangelho de Mateus

LH – *Libri Historiarum* (Gregório de Tours)